

Capítulo 4

DA EXTENSÃO DA INTENSÃO NA ESCUTA ANALÍTICA DE SUPERVISÃO

— *O que fazer para que os meninos queiram vir?*, indaga a psicóloga de um Serviço de Medidas Socioeducativas que atende adolescentes em conflito com a lei.

— *A gente chama dez pessoas para o grupo, vem duas e no encontro seguinte ninguém aparece. As pessoas querem somente atendimento individual, não querem vir para o grupo. O que fazer para deixar o grupo mais atraente?*, diz outra psicóloga que trabalha em uma Unidade Básica de Saúde.

— *O que fazer para conscientizar a família de que ela é responsável pelo paciente e que o CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial) não é depósito?*, pergunta uma assistente social.

— *Eles só querem a dieta. Como se a dieta fosse igual à receita médica! Eles não querem orientação nutricional. Como trabalhar para fazer com que eles entendam que não é simplesmente olhando para a nutricionista que vão emagrecer por milagre?*, diz a nutricionista de uma equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família.

As questões dirigidas ao supervisor, em contextos nos quais não está em relevo a formação do analista, muitas vezes são da ordem de um “como fazer para...” “Eu não sei mais o que fazer para... não consigo mais e gostaria que você me dissesse como...” “... não há mais o que fazer...” são enunciados que surgem e insistem. As perguntas remetem à possibilidade de estar preparado para que algo não aconteça mais. Mas cabe interrogar se estas não são também questões que não querem calar no jovem iniciante em sua formação em psicanálise.

Se a resposta é que, em relação à escuta dos casos, há diferença na demanda feita pelo jovem aprendiz em psicanálise e aquela feita pelos profissionais que não estão em formação analítica. Pergunto, então, se não estaríamos confundindo o discurso psicanalítico com um discurso terapêutico de pretensões normatizantes.

Logo, considero que partindo da posição do supervisor, não cabe falar em uma especificidade da práxis da supervisão analítica em contextos exteriores ao da formação do analista. O analista opera com a mesma acuidade auditiva, com o adicional da multiplicidade transferencial em jogo (a dele com cada um dos integrantes; a dos

integrantes da equipe entre si e as transferências institucionais postas em jogo). O que ocorre é que os integrantes de uma equipe multiprofissional não estão, no momento da supervisão, fazendo uma formação analítica.

Esta, por sinal, me parece uma questão que insiste desde os primórdios. Cada momento histórico situa interrogantes para a psicanálise, indaga a extensão da sua transmissão e questiona paradigmas preestabelecidos. Freud orientava aos que se interessavam pela jovem ciência, a experiência. A aprendizagem, a partir dos tropeços, colocando-os em questão e reformulando conceitos e práticas, sempre que um novo conhecimento indicasse a necessidade de modificar o que fora até então formalizado.

Lacan professa o retorno à Freud, alertando-nos para a retomada dos fundamentos psicanalíticos, mas não como cópia. O retorno a Freud, proposto por Lacan, volta com a marca de seu estilo singular de transmissão. Ele não pede passagem, inclui a lógica, a topologia, o estruturalismo, por exemplo, para retomar os princípios e, ao mesmo tempo, ir além.

Para pensar essas questões vamos nos servir da relação topológica estabelecida por Lacan (1967) entre psicanálise em extensão e psicanálise em intensão. Porque o desafio de manter a radicalidade da experiência psicanalítica sem descaracterizá-la, assim como tampouco supervalorizar seus conceitos diante dos outros saberes instituindo uma cosmovisão, que dificulta e/ou impede o diálogo com profissionais de outros campos do conhecimento, também é tarefa atual que se apresenta para os psicanalistas.

Lacan (1967) situa que o que orienta a psicanálise em extensão, como experiência original, é a extensão de sua intensão. Ou seja, para o autor, a psicanálise em intensão – que é a didática – prepara operadores para a função da psicanálise em extensão, que é a presentificação da psicanálise no mundo. A figura topológica por ele utilizada para representar o que ele quer dizer é a banda de moebius. Figura que pode ser ilustrada por uma tira que se fechou depois de ter-lhe sido aplicada uma semitorção.

Nesta superfície não existe um externo e um interno, separados e definidos. Apesar da sua aparência (unilateral), em qualquer ponto é possível passar do lado direito ao avesso sem que se cruze nenhuma borda. Lacan trabalha com essa figura topológica como modelo para situar o inconsciente e suas aparições e intermitências (sonhos, chistes, atos falhos) nos fenômenos conscientes.

Afirma que o inconsciente não se situa nas profundezas em oposição a uma superfície oferecida ao dar-se a conhecer. Indica que não é possível estabelecer fronteiras.

Estaríamos aqui remetidos ao limiar, àquilo que faz borda e passa de um lado a outro sem a necessidade de negociação, sem pedir licença. Como nos fenômenos de transferência e resistência, não há cara ou coroa. Há cara e coroa. Ambos os fenômenos presentes na experiência analítica, e de supervisão, a partir de uma interrogação, um furo no saber que põe em movimento o desejo.

Nessa perspectiva, a supervisão analítica se sustenta no compromisso do psicanalista com a experiência do inconsciente que preside a sua formação, e a transmissão via transferência. “A transferência como se sabe, não é exclusiva da esfera analítica, mas, sempre que inclui a realidade psíquica do sujeito no campo de relação com um psicanalista, é operador em psicanálise: na clínica, na instituição, no ensino e transmissão” (BROIDE e BROIDE, 2013, p. 119).

Restabelecer o aspecto clínico da escuta do caso ou da situação institucional é um primeiro movimento da supervisão que possibilita a passagem da clínica em intensão para a extensão. Restabelecer o aspecto clínico na escuta psicanalítica é produzir um acontecimento, explorar os limites das palavras, é dirigir a questão trazida não para uma resposta do que fazer com o caso ou para o fechamento de significados, como se fosse possível ensinar o manejo de uma técnica, mas para a exploração do que ainda não foi dito sobre o já escutado.

É possibilitar a criação de brechas e interrupções no discurso, é buscar o ponto onde o caso interroga, faz questão à equipe, fiska e implica aquele que traz o caso via transferência. É introduzir, junto aos profissionais de outras disciplinas, a dimensão do insabido como estruturante da supervisão, próprio ao exercício da escuta e, portanto, motor na busca de saber. Com isso, sustentar que o transmissível na supervisão analítica é se deparar com esse não saber como interrogante clínico, ético e político.

A escolha do que é trazido em supervisão como questão, caso, indagação, já é uma aposta no trabalho por parte da equipe, a partir da instauração da transferência e se inicia antes mesmo da hora marcada. A escolha do caso a ser supervisionado e os impasses que ele provoca; a forma pela qual cada analista, ou integrante de uma equipe em uma supervisão clínico-institucional, é tomado pelo caso, comporá a narrativa que será verbalizada.

Já há, nesse momento, a convocação à produção de um leitor dessa experiência, ou seja, a instauração de uma suposição de saber cria de imediato um terceiro elemento

que constitui uma alteridade no espaço intersticial de um não saber convocado, desafiado na produção de um saber.

Nessa perspectiva, abordaremos, neste capítulo, dois casos trabalhados no âmbito da supervisão analítica com equipes multiprofissionais que realizam suas práticas vinculadas às políticas públicas de assistência social e de saúde, a fim de levantar pontos de análise que nos possibilitem dar relevo ao aspecto clínico da escuta do caso e, dessa forma, colocar em questão o dispositivo de supervisão com sua função de fissura no discurso, de abertura à metonímia da palavra e a suspensão das certezas.

No primeiro caso – casal Helena e Diego –, daremos relevo à importância de considerar a marca do narrador, ou seja, a marca da equipe que escutou o caso. Trata-se, na supervisão, de ouvir o relato da equipe sobre a escuta feita. Não é a escuta direta de um trabalho institucional, tampouco a escuta de um analisante; não é a escuta do caso social, mas é abrir a possibilidade de captar a incidência das transferências vividas no caso abordado pelos integrantes da equipe.

Colocaremos em questão também a posição do analista supervisor que deve manter a suposição de saber como função operativa, de modo a possibilitar que a demanda de respostas sobre o caso possa advir a partir da discussão da equipe. Além disso, abordaremos a lógica que estrutura o caso.

Na apresentação do segundo caso – Rafael –, vamos nos servir do texto de Lacan “O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada” (1945), no qual ele aborda os três tempos lógicos: “instante de ver”, “tempo de compreender” e “momento de concluir”. Ao incluir o tempo na lógica, Lacan aporta uma novidade à lógica clássica – que não considera a dimensão temporal.

O tempo lógico pressupõe e transforma o tempo em uma operação passível de cálculo. Nosso interesse ao trazer essa referência é o de incluir a importância da dimensão temporal no dispositivo da supervisão. A dimensão narrativa do caso possibilita ao supervisionando esse tempo de escutar-se falar e, dessa forma, elaborar o vivido no atendimento realizado.

Converter a demanda inicial da mera orientação sobre o que fazer no caso, presente no instante de ver, em um tempo de compreender os meandros e as peculiaridades presentes na escuta. Na supervisão não nos apressamos em dar respostas ou concordar com as hipóteses inicialmente levantadas.

Cabe à supervisão, introduzir interrogantes de forma a tencionar as bordas do caso. A separação estabelecida pela borda comporta um tempo intermediário, indeterminado e indefinido aprioristicamente. Em seguida, no momento de concluir, descobrir qual a “questão” que o caso suscita, desdobrando suas consequências. O momento de concluir vale lembrar, não está por último, mas sim contemplado desde o início da supervisão.

Cada integrante da equipe, ao introduzir um elemento novo, sua fala, a sua questão no caso, faz com que cada um dos outros tenha que deixar em suspenso o seu próprio saber para escutar o que é dito, constituindo-se assim, em ato, uma nova escuta sobre o caso.

Nesse sentido, a supervisão em grupo não se confunde com a existência de um coletivo, na medida em que a intervenção de cada um não objetiva chegar à compreensão do caso comum a todos. A intervenção de cada um marca, no coletivo, a incompletude, marca que não é possível abarcar o todo contido na escuta de um caso. De tal modo que, novamente, coloca-se a um só tempo a incompletude da palavra em tudo dizer e a sua dimensão polissêmica.

4.1. Helena e Diego: a vida à flor da pele

Helena, uma adolescente grávida, 16 anos, segundo filho. Da primeira criança ela não tem notícias. Perdeu a guarda. Helena e Diego (seu companheiro atual) vivem nas ruas de uma cidade próxima a São Paulo. Ele orgulha-se em exibir a barriga da companheira para ganhar alguns trocados no farol do cruzamento de duas importantes avenidas da cidade.

Ela acomoda sua vida entre a proteção de Diego e a exposição no farol. Dorme em uma praça sobre o concreto de uma instalação. Usa crack e cocaína. Ele é refratário à abordagem da equipe do consultório na rua. Não quer que ninguém adentre em seu cotidiano, na intimidade de sua família – ele, Helena e o futuro filho.

Contudo, a aproximação da equipe do consultório na rua foi acontecendo de modo gradual. Constituíram um vínculo que possibilitou a Diego contar a sua história. Diego vive nas ruas desde os nove anos de idade. A mãe o ensinou a roubar, apresentou-lhe a maconha, a cocaína e, por último, o crack. O pai foi morto no confronto entre gangues rivais pelo domínio do tráfico em um território da cidade.

A mãe, portadora do vírus HIV, encontra-se presa. Ele mesmo já esteve preso por assalto e roubo. Depois de solto encontrou Helena ‘pelas esquinas’. Helena não tem

notícias de sua mãe, também não sabe o paradeiro de seu primeiro filho. Torce para que dessa gestação nasça uma menina, embora Diego queira um menino.

Por onde começar? É a primeira interpelação feita em supervisão por um integrante da equipe do consultório na rua. Digo: Já começaram! Já ouviram alguma coisa, já fizeram um movimento em direção à escuta do caso. O que já ouviram?, pergunto. É a partir do que indaga a cada um no caso que o supervisor opera, e não diretamente sobre a realidade relatada do caso.

Fizemos pouco, dizem. Não há nada que dê para fazer. Por onde pegar o caso? Diego protege e expõe Helena, mas não deixa espaço para nossa aproximação. Ela é menor de idade, quando ganhar o bebê, não vão deixá-la sair do hospital com o bebê, vão enviar esse bebê também para a adoção.

Deixar em suspenso qualquer proposta de ação assistencial, psicológica, policial, investigativa, à qual o supervisor é convocado, e ouvir o relato como se apresenta – rico em sua impotência e vivência de sofrimento, mas pobre na narrativa do já feito a partir da escuta realizada, é a responsabilidade do supervisor na prática da supervisão psicanalítica.

Sustentar a tensão do saber em suspensão, não respondendo à angústia suscitada pelo caso que os impossibilitava de levantar o véu do drama de Helena e Diego e tomar o distanciamento necessário para reconhecer o vínculo, ainda precário, mas já estabelecido por eles no caso trazido, exige que o ideal de cura e normatização da vida do outro, muitas vezes perseguido pelas equipes, seja colocado de lado.

Aguentar o vazio, o não saber sobre o caso, como forma de deixar emergir o que para cada um faz questão no caso se impõe, então, ao supervisor. No dizer de Figueiredo (2004) na supervisão deve-se ir em direção contrária à hierarquia dos saberes e funções que designam o que é necessário, ou melhor, para o paciente/usuário e ir à busca das boas perguntas. Qual a boa pergunta a ser feita?

Na equipe: psicólogo, assistente social, enfermeira, auxiliares de enfermagem, médica. O casal Helena e Diego mobiliza a todos. Pergunto o que constitui uma “ancoragem” possível no caso. “Ancoragem” é alguém, ou alguma coisa, que possibilita o início de um trabalho de escuta em contextos marcados pela extrema vulnerabilidade e exclusão social: um fato, uma foto, uma história, uma lembrança, uma pessoa ou até mesmo um cachorro.

O termo “ancoragem”, não é propriamente um conceito, mas temos nos utilizado dele como uma metodologia de trabalho clínico, como um elemento possibilitador da

abertura à fala no atendimento a pessoas imersas em um drama social que as impossibilita de falar de si como algo que faça algum sentido (BROIDE e BROIDE, 2015).

As “ancoragens” são fios que mantêm o sujeito ligado à vida apesar, e para além, dos avatares e das desventuras do cotidiano. Restituir o seu re-enlace no mundo da linguagem, não porque a palavra lhe falte, mas porque ela perdeu o sentido, atuada na repetição infrutífera dos atos errantes e/ou cambaleantes, coloca-se em questão na escuta do caso.

No atendimento ao morador de rua ou ao adolescente em conflito com a lei, sabe-se que para eles falarem de sua experiência íntima, de sua vida, e de sua dor precisam encontrar alguém a quem possam se dirigir como destinatário de sua demanda. Para isso, faz-se necessário desejar escutá-lo, a fim de que eles possam reencontrar e restituir seus pontos de ligação com a vida.

Nessa borda, fazendo corte ao discurso da política pública escutando o sujeito para além do usuário do serviço da assistência ou da saúde, não se pode negar que a população que vive na rua, ou os adolescentes autores de ato infracional, são também porta-vozes do seu tempo. Fazem retornar à cena social aquilo que se pretendia ocultar. O drama humano vivido, portanto, não é um problema que concerne unicamente ao indivíduo.

A cidade como local do convívio humano, torna-se cada vez mais aberta à dilaceração que o culto da adesão de si e da propriedade privada promove ao apagar as diversas formas de sociabilidade possíveis nela. A precarização do pertencimento a ela transforma-se em violência e agenciamento da segurança. O desejo de segurança e conforto transforma em estranhos sujeitos que vivem nas ruas das grandes cidades.

Retomando à questão das “ancoragens”, então, que fios ligam Diego e Helena a alguma coisa ou a alguém e que possibilitam, dessa forma, que se mantenham ligados à vida? *Não há fios. O caso é um caso perdido* – dizem.

O silêncio toma conta da supervisão. Faltam palavras frente à complexidade, ao sem saída do caso. Tímidas intervenções, de um ou outro integrante, dizem que não há o que fazer, não há esperança. Até o momento em que uma auxiliar de enfermagem diz que para ela *é o que ainda não está o que importa*. Fala em forma de enigma. Diz que a vida se ancora no início da vida, portanto, *é pelo bebê – que embora ainda não estando presente ali, já está* – que devem começar.

Como assim? – indagam os outros. *Devemos cuidar do bebê* – ela diz. Inicia falando que o bebê não tem culpa da vida dos pais, que ele não pode se defender, então

que cabe a eles possibilitar uma chance para que ele viva e viva bem. Em seguida colhe da fala da paciente e do que já ouvira do caso, indicadores do que está em questão para Helena e Diego, em relação à gravidez. Resgata lembranças de seus atendimentos e busca os sentidos da gravidez para o casal. Outros integrantes da equipe, também a partir da sua intervenção, vão trazendo, um a um, fragmentos de falas de Helena e Diego que antes soltas, como palavras ao vento, vão compondo uma narrativa, uma ficção, uma história.

Falas relativas à gestação, ao desejo de filho presente, à expectativa em relação ao filho que está por nascer. Falas que não tinham aparecido no início da apresentação do caso em supervisão. O caso perdido é agora uma narrativa do que foi escutado por vários integrantes da equipe sobre Helena e seu desejo de ter um filho. Também sobre a posição de Diego quanto a ser pai e a insegurança/ciúmes que o cercava. A fala da auxiliar de enfermagem suscitou as lembranças que inicialmente não estavam acessíveis à memória dos integrantes da equipe, tomados pelo drama social do casal.

As cenas de violência e de cuidado de Diego em relação à Helena, que antes os deixava atordoados sem saber o que pensar, traz à tona a ambivalência vivida pelos dois, presente na vida à flor da pele. A intervenção da equipe no caso passa, então, a ter como ponto de ancoragem o bebê. A intervenção no caso já não é mais a abordagem feita a dois moradores de rua que usam drogas, mas há um giro em relação à escuta do desejo presente e vigente no caso. Interessante notar que a equipe transformou a escuta feita em um caso, e não mais no atendimento ao casal.

Imediatamente, diante dessa nova perspectiva aberta no caso, a médica diz que seria importante solicitar um ultrassom morfológico para identificar a idade gestacional e as condições de desenvolvimento do bebê, devido ao uso frequente de drogas por parte da mãe. Tecem a rede, acionam outras instâncias do sistema de saúde. Conseguem que o casal siga o pré-natal. Garantem a realização do exame.

Contudo, o pragmatismo da médica, no intuito de cuidar da vida do bebê, resulta numa reviravolta no caso. Feito o ultrassom, a equipe relata na supervisão seguinte que Diego descobre que não é o pai do bebê, pois está com Helena a menos tempo do que o tempo de sua gravidez.

Quando esse novo elemento intervém, toda uma trama discursiva deve ser recomposta. A equipe que acompanhou o casal para a realização do exame, após grande tensão e muita conversa com Diego, sustenta a posição de que era fundamental escutá-lo,

mesmo diante das cenas de violência que ele ameaçava protagonizar na unidade de saúde onde estavam para a realização do exame.

Não sabem o que dizer. Não dizem. Aguentam a situação de tensão e a explosão de Diego, até que ele fala para o psicólogo da equipe: “Pai é aquele que dá o nome, portanto, esse bebê é meu filho”. Tal acontecimento instaura um antes e um depois e abre novos caminhos discursivos no caso, na escuta e no atendimento que realizam. Como, se pode ver, o caso não existe *a priori*, ele se constitui no momento do seu acontecimento.

Importante destacar que esse acontecimento, a frase dita por Diego, “Pai é aquele que dá o nome, portanto, esse bebê é meu filho” não é fala do técnico para abrandar o desconforto da situação, mas Diego deu a “chave” com a qual a equipe pôde então trabalhar. A equipe, inicialmente surpresa e sem saber o que fazer diante da questão posta para o casal com a descoberta da idade gestacional de Helena e o tempo de convivência entre eles, aguenta o vazio deixado pela questão.

Uma atitude moral, ou dogmática, poderia deixar a equipe surda frente à situação apresentada, impedindo que Diego dissesse o que queria falar, explodisse o que tinha para explodir, para que, enfim, se pudesse escutar em sua língua, com suas próprias palavras o seu desejo. Ou seja, não há apaziguamento a ser feito, é necessário propiciar o espaço para que, nesse contexto, novas narrativas provenham de ambos e de cada um, tecendo com palavras o até então ocultado.

Aqui ressaltamos que o ocultado não era um conteúdo reprimido que, a partir de intervenção da equipe descortinou a dinâmica inconsciente da paciente. Mas quando a equipe se posicionou, não a partir da urgência do fato, mas atenta ao detalhe, ou seja, ligados na escuta realizada quando elegeram como ponto de ancoragem o bebê, conseguiram contornar as bordas do caso e possibilitaram o deslizamento dos ocultamentos existentes.

A gravidez de Helena não foi banalizada como um fato a mais na vida do casal. Tampouco ficou encastelado, agindo como um segredo mítico-fundador na relação de Helena e Diego. Houve, nos momentos em que algo se revelou, uma decisão. Tanto de Diego, acerca da paternidade, quanto da equipe que investiu no caso. (eleição de um ponto a partir do qual iniciaria a intervenção, a proposta para o casal para a realização do exame, a mobilização para que o exame fosse feito na rede pública e com brevidade).

Enquanto alguns integrantes da equipe acompanhavam e escutavam Helena, o psicólogo conversou com Diego. Instauraram-se atos de fala. A equipe não respondeu

moralmente à situação. Descobriram que o algo a fazer é, muitas vezes, aguentar o tempo do desabafo e da elaboração, para que seja possível passar da manifestação inicial de revolta à possibilidade de ressignificação dos fatos e de uma paternidade.

Escutar a narrativa do caso, seus desdobramentos, a implicação de cada integrante da equipe na situação clínica que abordam é o que possibilita deixar advir o que o caso causa em cada um. Escutar o insuportável, muitas vezes incompreensível, trazido pela equipe que apresentam o que lhes parece sem saída, e que aponta para o limite das palavras e do discurso, é justamente o ponto sobre o qual a supervisão psicanalítica opera, como ato, como corte de um discurso que se quer previsível e coerente.

O dispositivo de supervisão possibilita estabelecer um contorno, uma posição ética, um limiar. O limiar implicado na supervisão designa essa zona intermediária que se afasta das soluções aparentemente fáceis das dicotomias não dialtizáveis (GAGNEBIN, 2014). Dessa forma, o discurso analítico posto em função permite encontrar possibilidades de passagem, de travessia daquilo que, de impensável e indizível, encontra uma brecha para deixar escoar a experiência vivida em uma narrativa possível.

4.1.1. A marca do narrador

Na supervisão pensada como interrogante clínico, ético e político, o que interessa não é a ênfase do caso quanto ao relato da história, ou na descrição de suas minúcias, do caso rico em detalhes e informações, mas na construção do caso clínico, na sua narrativa e na identificação da forma singular da escuta que ali se operou, da marca que a equipe pode imprimir na escuta realizada. Ou seja, a construção do caso deve trazer consigo a implicação daquele ou daqueles que falam em supervisão.

No caso de Helena e Diego a primeira indagação feita em supervisão foi: *por onde começar?* Tal indagação já nos serve como uma primeira pista de que a operação a ser feita tem a ver com a fala dos integrantes da equipe, para então, *a posteriori*, tornar possível a passagem do relato à narrativa, à construção do caso clínico. Nessa narrativa estamos diante da escuta da experiência da experiência. Não estamos no atendimento direto a um analisante, ou na escuta direta de um trabalho institucional; o que o supervisor ouve em supervisão é a narrativa de outra escuta.

A esse respeito, lembramos aqui que para Walter Benjamin (2012) a narrativa: “não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada, como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele.

Assim, imprime-se na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (p. 221). No vaso encontramos a matriz da mão do oleiro, a soma das impressões da pele do oleiro sobre o vaso (DIDI-HUBERMAN, 2009, p. 55).

Isso é o que nos interessa na supervisão psicanalítica: a marca do narrador, a marca da equipe que atende um caso, a marca produzida pela mão que molda e contorna o furo do caso, o não saber sobre o caso, e que orienta a direção do tratamento e do atendimento, que entendemos como a construção do estilo próprio.

Lacan (1959-1960), no seminário *A ética da psicanálise*, apoia-se na metáfora de Heidegger na qual o vaso se cria em torno do vazio; a partir daí ele vai aproximar o vaso ao primeiro significante modelado pelas mãos do homem. Assim como o oleiro cria o vaso em torno de um furo, o homem cria os significantes modelando o real (a Coisa, *Das Ding*), com palavras sobre as coisas, vai bordeando esse real instituindo um lugar paradoxal, um interior excluído, uma exterioridade íntima, uma ex-timidade²¹. Através desse neologismo êx-timo, formula que o mais radicalmente íntimo do sujeito lhe é exterior.

Trata-se, então, de fazer advir as narrativas associativamente e com isso contornar o furo, o ponto cego, aquilo que não foi escutado no que já foi dito. Não se trata de elucubrar, inventar ou acrescentar sentidos e significados às falas dos integrantes da equipe, mas, a partir dos ditos, recuperar a densidade da palavra, a sonoridade da palavra, a sua cadência, que contornam esse real.

Nesse sentido, a minha resposta ao, *por onde começar?* foi: já começaram! Já ouviram a história de Diego e Helena, já se interrogaram sobre as questões que o caso suscita, já tomaram a decisão de trazer o caso para a supervisão. O trabalho necessário é perceber que o caso já os tomou de alguma maneira e que, a partir disso, possam construir hipóteses sobre o que o caso causou em cada um e na equipe como um todo. Que interrogantes o caso me provocou? A partir daí extrair a sua lógica, pois a lógica que organiza o caso não é sem a implicação de cada um, sem transferência.

Nas supervisões de equipe há uma multiplicidade transferencial posta em jogo: tanto no que se refere à transferência com o supervisor quanto à transferência com aquele que relata o caso, com a equipe e com o atendido. Há, ainda, a transferência de todos os

²¹ O conceito de extimidade é trabalhado por Lacan no Seminário *A angústia* e desenvolvido por ele mais tarde, na década de 1970, articulado aos trabalhos topológicos (especialmente articulado ao Real, Simbólico e Imaginário no nó borromeano).

envolvidos com a instituição na qual a equipe desenvolve seu trabalho. Nesse sentido, são múltiplas transferências em ação dirigidas a distintos sujeitos e situações. O relato, portanto, para se transformar em caso, deve poder trazer as transferências postas em jogo no atendimento (VIGANÓ, 2010).

Transferencialmente a equipe do consultório na rua sente-se colocada pelos outros serviços de saúde no lugar do próprio morador de rua, ao acompanhá-lo no seu acesso à rede de serviços. Trabalho que não tem êxito, “que não leva a lugar nenhum porque as pessoas não querem sair dessa condição” – é o que a equipe ouve de seus colegas.

Trabalham com o pior que a sociedade capitalista produziu, trabalham com o resto social. A sensação de que “enxugam gelo”, portanto, não lhes é indiferente; facilmente colocam a escuta que realizam nesse mesmo lugar de fracasso, na lata do lixo. O fracasso que experimentam e que os acompanha é solidário à sensação que recai sobre seus corpos e sobre a escuta que realizam. Re-situar a posição da escuta é, nesse sentido, fundamental.

4.1.2. Posição do supervisor

Minha pergunta a eles, sobre as ancoragens, visava colher dos depoimentos “as pegadas”, os rastros de vida. O que não estava perdido no caso. O “caso perdido” era o “caso social” e não o “caso clínico”. Ou seja, o que estava em destaque no relato que faziam era o relato trágico de uma vida em sobressaltos, sem rumo nem direção. Repetição mortífera das cenas de uso de drogas, dos trocados no farol, das perdas, dos rompimentos dos laços sociais e da cumplicidade de Helena e Diego à flor da pele: no farol, nas esquinas, no consumo de crack e cocaína.

Escutar somente o caso social, o drama, a aridez da vida, a violência sofrida na cadeia e nas ruas é um convite tentador. Fascinados, tornamo-nos cúmplices na impotência ao sermos tragados pela dor e pelo sofrimento do outro. A supervisão deve possibilitar, ao contrário, que a palavra readquira sua potência e não seja a confirmação do aparentemente óbvio, de forma a fazer ecoar os rastros e não subsumi-los, como no poema “Apague as Pegadas”, que abre os poemas para habitantes das cidades, de Brecht (2012).

Apague as pegadas

Separe-se de seus amigos na estação
De manhã vá à cidade com o casaco abotoado
Procure alojamento, e quando seu camarada bater:
Não, oh, não abra a porta
Mas sim,

Apague as pegadas!

Se encontrar seus pais na cidade de Hamburgo ou em outro lugar
Passe por eles como um estranho, vire na esquina, não os reconheça
Abaxe sobre o rosto o chapéu que eles lhe deram
Não, oh, não mostre o seu rosto
Mas sim,
Apague as pegadas!

Coma a carne que aí está. Não poupe.
Entre em qualquer casa quando chover, sente em qualquer cadeira
Mas não permaneça sentado. E não esqueça seu chapéu
Estou lhe dizendo:
Apague as pegadas!

O que você quiser, não diga duas vezes.
Encontrando o seu pensamento em outra pessoa: negue o.
Quem não escreveu sua assinatura, quem não deixou retrato.
Quem não estava presente, quem nada falou.
Como poderão apanhá-lo?
Apague as pegadas!

Cuide, quando pensar em morrer.
Para que não haja sepultura revelando onde jaz
Com uma clara inscrição a lhe denunciar
E o ano da morte a lhe entregar
Mais uma vez:
Apague as pegadas!

(Assim me foi ensinado). (p. 57)

Nesse sentido, a posição do supervisor é apontar que a escuta clínica do caso em supervisão é o avesso do apagamento dos rastros, das pegadas, é o avesso da escuta do caso social, mas não é sem ele. A escuta clínica do caso é o que possibilita “não apagar as pegadas” e com isso não ficar preso à impotência lançada pelo drama social. É operar uma torção produzindo uma descolagem, onde o drama vivido deve acionar as memórias, e não encobri-las ou apagá-las.

A partir da transferência que se instaura na escuta do caso, criar um espaço para a construção de uma disparidade subjetiva e, a partir dessa disparidade, construir uma alteridade em relação ao drama do outro para conseguir escutá-lo. A posição do supervisor é sustentar essa disparidade subjetiva que a transferência instaura. De alguma forma, essa é a transmissão do impossível de transmitir, mas que opera desde Freud colocando em movimento a psicanálise.

Manter o lugar do suposto saber na supervisão sem, contudo, encarná-lo e com isso suscitar o levantamento de hipóteses e de caminhos a trilhar. “*é o que ainda não está o que importa*”. É a fala da auxiliar de enfermagem em forma de enigma. Diz que a vida

se ancora no início da vida, portanto, *é pelo bebê – que embora ainda não estando presente ali, já está* – que devem começar.

Incitar essa entrega associativa, por parte da equipe acerca de um caso, da posição que tomam no caso narrado, a fim de que as ideias, as criatividade e as potencialidades possam emergir a princípio hesitantes, sem certezas apriorísticas no diálogo ímpar dos supervisionados com o supervisor, visa fazer frente à busca por certezas, ou a busca da verdade do caso, pois estas sim convocam a adesões. Topar com a impossibilidade de encontrar palavras, faz surgir respostas a algo real em jogo.

Neste sentido, podemos possibilitar a ampliação de formas de simbolização para que os sujeitos possam encontrar novas maneiras de se situar no laço social, ou seja, a supervisão pode auxiliar as equipes a aguentarem, suportarem o drama humano, a fim de possibilitar elaboração por parte dos usuários para a formulação e criação de novas nomeações e sentidos ao sofrimento e, dessa forma, tornarem partilháveis as dores e as vivências de luto, de perda, da violência e das sintomatizações.

A suspensão dos sentidos cristalizados promove a pesquisa e a investigação dos pontos de impasse que surgem nos sintomas, nas angústias mobilizadas, na impotência vivida pela equipe com a falta de preparo técnico. Convocar os múltiplos sentidos da palavra, sua polissemia, é uma das funções da supervisão que busca des-alienar o técnico no exercício da função que exerce, uma vez que os infortúnios humanos que se apresentam cotidianamente, e em número crescente, geralmente dizem respeito a necessidades básicas de existência de vida dos sujeitos e não compete aos técnicos resolvê-las, suprimi-las ou mudá-las.

O que eles têm à sua disposição é a capacidade da escuta para, a partir daí, auxiliar, servir de intérprete, de músico ou poeta, possibilitando deslocamentos dos sentidos cristalizados, que se fazem presentes nos sujeitos que atendidos por essas equipes.

Na supervisão psicanalítica guiada pelo ensino de Freud e Lacan estamos particularmente interessados nos múltiplos sentidos conferidos à palavra, ou seja, interessa-nos os deslizamentos de sentido que as palavras, em sua dimensão significante, promovem. Dimensão significante que, se por um lado é letra de gozo, por outro faz cadeia, deslizando e escoando o desejo. Fazer trabalhar a palavra na produção de novas significações, retirando-as da clausura dos sentidos previamente construídos, possibilita novas articulações na rede discursiva.

4.1.3. Extrair do caso sua lógica

A supervisão instaura um tempo em uma lógica distinta da lógica temporal vivida pelas equipes no cotidiano dos serviços de atendimento nas políticas públicas. O tempo dos serviços é regulado entre dois polos opositivos: o da urgência e o do tempo que não passa.

O tempo da urgência faz com que os serviços sejam colonizados por uma razão humanitária, uma lógica de salvação do curativo, da alimentação, do acolhimento, enfim, o tempo dos serviços exige uma ação imediata. Algo tem de ser feito, independentemente do resultado ou do seu efeito. Mas há também o tempo que não passa, persistência de um tempo longo, crônico, onde nada muda porque “o público não adere”, “a rede não funciona”, “emperra na burocracia” (DE LUCCA, 2016). Comprimidos entre esses dois tempos, as equipes que trabalham junto às políticas públicas podem, com a supervisão, restituir o trabalho do tempo.

A supervisão constitui-se como um tempo-lugar para a equipe. Tempo-lugar no qual lhes é possível percorrer caminhos emaranhados, perder-se em imagens e sensações próprias. *A posteriori*, passado esse tempo-espço poderão ouvir Helena e Diego, possibilitando que eles possam falar e construir suas significações não ligados, necessariamente, ao que a equipe pensava ser o bom e o melhor para eles.

No caso Diego e Helena, o pai (como significante) deslizou daquele que expõe a barriga da companheira no farol, àquele que dá o nome. Filho, o que é um filho para Helena? Sua ancoragem? Algo que a mantém ligada à vida? A supervisão é um lugar privilegiado para instaurar um tempo necessário para a construção de passagens de significações possíveis.

No simples fato de que me defino em relação a um senhor como seu filho, e que o defino, a ele, como meu pai, há algo que, tão imaterial como possa parecer, pesa tanto quanto a geração carnal que nos une. E mesmo, praticamente, na ordem humana, pesa mais. Porque, antes mesmo que eu esteja em condições de pronunciar as palavras pai e filho, e mesmo se ele está gagá, e não pode mais pronunciar essas palavras, todo o sistema em volta já nos define, com todas as consequências que isso comporta, como pai e filho. (LACAN, 1953-1954, p. 183).

Na escuta do caso, menos preocupada com a montagem da história e a coerência e a veracidade dos fatos, na minha escuta associativa, escuto as palavras bebê e pai se repetirem e deslizar no relato que trazem. “Bebê”... “*Ela é menor de idade, quando ganhar o bebê, não vão deixá-la sair do hospital com o bebê, vão enviar o bebê para a adoção*”.

Bebê desliza em alguns momentos para filho ... segundo filho de Helena, uma adolescente grávida que não tem notícias da mãe nem do seu primeiro filho. Diego orgulha-se em exibir a barriga da companheira. Orgulha-se em exibir a barriga onde está sendo gerado um bebê, seu filho. Na narrativa da história trazida, o casal está ligado por esse bebê/filho que vai nascer. O que pode nos indicar, para além de todas as mazelas, as vias por onde o desejo caprichosamente se presentifica.

A fala de uma auxiliar de enfermagem faz com que a intervenção possível deva justamente começar pelo bebê. Com essa fala traz elementos antes não destacados por eles na escuta do casal atendido. Rosa (2004) situa que, muitas vezes, as instituições e seus discursos inscrevem-se no corpo dos sujeitos e a problemática vivida é transformada por aqueles que acolhem o sofrimento do outro em fenômeno universalizado e/ou definido por circunstâncias históricas e ideológicas que excluem a participação e, em uma curiosa inversão, fazendo um sintoma sem sujeito (evasão escolar, delinquência, drogadição).

Quando, de outra maneira, o caso é escutado pela equipe, deixam de narrar o caso social e passam a se ligar à clínica do caso, possibilitando trabalhar a paternidade de Diego, a maternidade de Helena, desvencilhando os sujeitos atendidos das amarras institucionais. Ao operarem na situação complexa de Helena e Diego a partir do bebê, o caso se desdobra em mil e cobra uma posição ética a partir da responsabilidade que a escuta clínica suscita em cada um.

A supervisão abre-se ao imprevisto (como a descoberta de que Diego não era o pai biológico do filho de Helena), mas não para incorporar o imprevisível das situações provenientes da escuta do outro, tornando previsíveis os imprevistos, mas para aguentar o vazio, os ruídos na comunicação humana, as dúvidas e aflições e as incertezas acerca do caso.

Ao operarem na situação complexa de Helena e Diego a partir dos significantes bebê e pai, o caso se desdobra em mil e cobra uma posição ética a partir da responsabilidade que a escuta clínica suscita em cada um. Poderíamos advertir, aqui, que a lógica que emergiu a partir da supervisão, pelos significantes pai e bebê, foi a dimensão do segredo, o inconfessável de Helena. Sem essa abertura, a partir de uma decisão da equipe *de por onde pegar o caso*, não teria vindo à tona a lógica que estrutura o caso.

O inconsciente está sempre por construir-se. Irrompe, não existe em estado natural. Da mesma forma, a lógica do caso não é algo que se encontra como se fosse um

objeto concreto. Como diz Guimarães Rosa (1967), “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (p. 52). Nesse sentido, o caminho a ser trilhado na supervisão, a apreensão da lógica do caso, dependem das voltas dos ditos, das reviravoltas do caso, sempre quando conseguimos colocar as palavras a desbordar seus limites.

4.2. Caso Rafael

*(...) o tempo dá voltas e curvas
o tempo tem revoltas absurdas
ele é e não é ao mesmo tempo.
(José Miguel Wisnik)*

Pretendemos colocar em pauta a supervisão do caso Rafael em três tempos. Para tanto, vamos nos valer como recurso de análise, de forma ilustrativa, da lógica temporal contida no texto de Lacan (1945) “O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada”.

O primeiro momento referido ao – instante de ver – parte do que é inicialmente verbalizado pela equipe que atende Rafael: o mesmo e aparentemente conhecido, o desânimo, a queixa acerca do sem sentido do caso, o não saber do técnico e da equipe sobre o que fazer diante da escuta do caso.

Um segundo tempo se presentifica – tempo de compreender – que é o da exploração das buscas de um sentido suposto, tempo de ressignificação e da escuta que se produziu no encontro com Rafael, até um terceiro tempo. Este terceiro tempo – momento de concluir – ponto no qual o caso, a partir das voltas da associação livre, adquire *status* original. Uma distinção, uma letra, um ato que precipita uma saída frente ao sem saída do caso.

O momento de concluir não é um processo que se chega à conclusão do caso, mas um momento em que uma decisão se precipita abrindo uma fenda, iluminando uma direção, uma possibilidade de abertura para novos caminhos. Freud, antes de Lacan, já advertira que o funcionamento do inconsciente rompe com a ideia de uma causalidade linear, afastando-se da concepção de um determinismo mecanicista do tempo.

Logo, na supervisão, não procuramos nos acontecimentos passados informações acerca da causa do que acontece no presente como forma de explicar e fechar o caso. Mas entendemos que o que passou faz parte, compõe a realidade psíquica do sujeito, pulsa e se presentifica, forçando no presente a presença do passado “que quer falar”. Nesse

sentido, é inútil proceder a uma análise temporal linear de acordo com planos preestabelecidos.

4.2.1. Instante de ver

Desânimo. Assim Cibele, assistente social em um serviço de medidas socioeducativas em meio aberto conveniado com a prefeitura de São Paulo, no âmbito de uma supervisão clínica, se refere à sua sensação de frustração e fracasso frente a mais uma entrada de Rafael na instituição na qual trabalha. Sensação que não é nova no caso, que ela acompanha há anos e que traz para supervisão. Tampouco é uma sensação diferente daquela vivida em outros casos que atende, nos quais reina absoluta e soberana a expressão: *não há nada para fazer. Não há o que fazer: a história do menino é trágica!*

Ele tem que ficar longe da família, senão ele volta para o tráfico, sempre a mesma coisa. Ele é muito bom de negócio e logo que sai do serviço de medidas socioeducativas ou da Fundação Casa é chamado de volta para o tráfico. Ele tem que arranjar um trabalho para poder sair dessa situação, porque ele se sente muito responsável pela família.

Responsável? Eu pergunto. *Sim, ele é quem sustenta a casa, ele foi o primeiro a encontrar o irmão morto. Suicídio.* E como foi? Pergunto. *Parece que o irmão sempre foi meio quieto, deprimido.* Após esse breve relato, alguns integrantes da equipe ligam imediatamente o suicídio do irmão de Rafael a uma possível depressão, repertoriando evidências do senso comum.

O discurso psicanalítico posto em causa no dispositivo de supervisão deve possibilitar a abertura de um tempo de compreender, que coloque em pauta a criação de narrativas por parte dos integrantes da equipe sobre a escuta que fazem do caso, e que trazem para a supervisão. Sem a pressa de uma compreensão imediata do que está em questão no caso que trazem. Inicialmente a equipe encontra-se imersa no drama familiar de Rafael, imaginam que se ele tivesse possibilidade de trabalho e alternativa para ficar longe do convívio de seus familiares, sem a obrigação de manter financeiramente os mesmos, poderia encontrar vias alternativas para a construção de um projeto de vida próprio e sairia do tráfico.

A supervisão deve dar passagem a essa narrativa inicial, abrir-se à afinação das falas na decantação dos ditos para que possa advir algo novo, ainda não dito. Para isso é necessário, ao supervisor, escutar como a equipe ouve a fala de Rafael, colocando em

relevo que é a partir do que eles falam sobre a forma de Rafael tramar os episódios de sua história que se poderá extrair, de seu relato, a singularidade que o constitui. Ou seja, a forma particular como ele conta a “outros” sobre si. O que ele põe em destaque, o que não fala e o que hesita em dizer.

Aqui se desdobram duas narrativas a serem tomadas em supervisão: a narrativa da equipe sobre o caso e a narrativa que a escuta de Rafael, feita pela equipe, possibilitou a ele se autorizar a dizer. Não se trata de acrescentar mais informações sobre Rafael, sobre o suicídio do irmão ou, ainda, sobre por que tantas vezes ele retorna para o tráfico, mesmo que esta seja a sua fonte de renda. A supervisão centra-se na escuta da narrativa da equipe e na escuta da narrativa de Rafael sobre a sua história.

Vale lembrar aqui as palavras de Primo Levi no prefácio de seu livro *É isso um homem?* no qual faz um depoimento pessoal da sua experiência no campo de concentração. Ele escreve que com seu livro, não tinha a pretensão de fazer novas denúncias, que nada acrescentariam aos detalhes atrozes já conhecidos. Mas o escrever surgia para ele de uma necessidade, de um impulso violento de contar “aos outros”, a fim de tornar “os outros” participantes. A necessidade de escrever era tal que competia com outras necessidades mais básicas e elementares (LEVI, 1988, p. 7-8).

A necessidade de narrar a história, de resgatar a memória, deve ser acolhida pela equipe que escuta o caso, a fim de que algo do passado possa passar. Também ouvir os silêncios e as hesitações. E, dessa forma, reaver em palavras o passado, para que este não seja a repetição mortífera e reiterada do mesmo, de um destino sem futuro, a cada abandono, a cada novo re-torno ao cumprimento das medidas socioeducativas.

Mas a dramaticidade social e a miséria psíquica na qual estão envolvidos os adolescentes em conflito com a lei, muitas vezes faz obstrução à escuta de suas histórias. Condenadas à banalização pelos próprios adolescentes ou pela gestão burocrática e precária dos serviços.

Contudo, aquele que escuta não está passivamente colocado diante da narrativa; sua função reside na construção de um espaço compartilhado pelos corpos para criação de uma memória comum, a fim de que no transcurso do percurso das medidas socioeducativas a memória deixe de se fixar na reiteração do mesmo. Nesse sentido, as equipes adquirem a função de elo de transmissão que possibilita fazer deslizar, significar e re-significar, re-velando aquilo que insiste, sem significação ou lugar de pertença.

4.2.2. Tempo de compreender

É, mas a avó disse que teve a história da bola que quebrou o vidro da casa do vizinho, diz um dos técnicos do serviço. Que história? Indago. Alguns dias antes do suicídio de Daniel, ele e Rafael estavam jogando bola na frente da casa deles quando, de repente, um chute, e a bola acertou em cheio o vidro da janela da casa do vizinho.

O vizinho ameaçou os dois irmãos (Rafael e Daniel) dizendo: Vocês vão ver só! Disse que aquilo – o vidro quebrado de sua casa – não ficaria assim sem um acerto de contas. Dias depois desse episódio, Rafael encontra Daniel enforcado em uma rua perto de sua casa.

Comento que a avó levanta a hipótese de que pode não ter sido um suicídio. Ela levanta uma suspeita: a briga entre vizinhos, uma vingança... *Mas a avó nunca disse isso explicitamente*, dizem. Pontuo que de alguma forma, no relato que eles trouxeram, na forma de narrar o que escutaram de Rafael, havia a suposição de um crime, de um assassinato, de uma vingança, levantada por parte da avó, ali onde no relato inicial eles falaram somente da depressão e do suicídio, seguindo o discurso que Rafael costumava repetir em todas as suas internações na Fundação Casa e no cumprimento das medidas socioeducativas.

A suspeita sempre antecipa uma consideração sobre o outro. Manifesta-se quando não se está seguro sobre alguém, quando há algo que não se sabe, mas que, no entanto, se antecipa como mal e negativo. A suspeita é um saber do qual não se dispõe de provas, é não demonstrável. Por isso é insistente. Quando temos prova, podemos encerrar o assunto. Mas esse assunto ainda não está encerrado.

Pôr em relevo a suspeita, aquilo que não está bem explicado. “Fale-me mais sobre isso” – ali onde o “isso” quer calar, é a responsabilidade da supervisão psicanalítica. Freud inquieto e intrigado com o que teria acontecido com o caso por ele escutado, só anos mais tarde pôde compreender que se tratava do amor transferencial de Breuer. “Isso” (o desejo) fez Breuer fugir em lua de mel com sua esposa enquanto a paciente Anna O. clamava por um imaginado (suposto) filho seu. Também em Daniel, irmão de Rafael, adolescente de periferia suposto pela avó vítima do confronto com a lei do vizinho (estranho e semelhante) na cidade de São Paulo, o “isso” quer calar.

Mas, nestas situações, na supervisão de situações complexas e de extrema vulnerabilidade e violência, algo se mostra, mas quando esse algo se mostra, muitas vezes torna-se insuportável à escuta. Existe então, por parte da equipe que realiza esses

atendimentos, a necessidade de ser ela própria escutada em suas interrogações para poder discernir o que está em questão no atendimento que realizam.

Localizar as situações em que a função da equipe poderá ser a de oferecer respostas objetivas no cumprimento da medida socioeducativa, daquelas outras que exigem um maior esforço e implicação, pois envolve a escuta atenta aos detalhes da história do sujeito, parece-nos um caminho a seguir. Difere de uma prática na qual se toma todos os casos de igual modo.

A garantia na universalidade das políticas públicas não pode ser confundida com a indiferenciação no tratamento de cada situação em particular. A supervisão psicanalítica contribui ao incluir a dimensão singular do sujeito na política pública. Dessa forma, possibilita esburacar o lugar que o absoluto pode ocupar promovendo pensar a política como não toda. Ou seja, não como consenso, nem atrelada somente à gestão dos serviços.

Contudo, se essa é uma função operativa na supervisão psicanalítica, temos de levar em conta que o discurso psicanalítico é um entre outros. Nesse sentido, é fundamental que se considere o contexto no qual o trabalho se desenvolve, utilizando os pressupostos psicanalíticos no convívio discursivo que o trabalho junto às políticas públicas promove, a fim de que não se torne ele próprio uma caricatura, buscando o lugar absoluto.

O destaque que queremos promover é que ali onde se imagina que não há nada a fazer, a não ser seguir a burocracia assistencial e responder à demanda que visa que nada mude na lógica do “orientar” e “encaminhar”, surge a possibilidade de contornar estas impossibilidades – que o desânimo torna impotência e frustração. Nos casos em que há a implicação da equipe, é o relato vivo que entra no corpo de cada técnico envolvido e faz marca, convocando a um compromisso ético e político na escuta que realizam, fazendo avançar o ponto da clínica onde a teoria ainda não avançou.

A escuta psicanalítica é, desde Freud, transgressora em relação aos fundamentos da organização social; para se efetivar, implica um rompimento do laço que evita o confronto entre o conhecimento da situação social e o saber do outro como um sujeito desejante. Dessa escuta, principalmente quando o sujeito se revela enquanto tal, como um dizer, não se sai isento – um posicionamento ético e político é necessário. (ROSA, 2002, p. 8)

Dirigir um texto de um determinado caso ou uma questão a um supervisor, a outro próximo e distante, permite fazer brotar ideias no intervalo, muitas vezes árido, entre a situação vivida e o relato. Nesse intervalo transforma-se o outro em Outro. A alteridade aí constituída pelo supervisionando, no ato de expor um caso ao supervisor, ao investi-lo

de uma alteridade, é capaz de tornar evidente elementos, hipóteses e de formalizar aspectos da clínica ainda não percebidos, extraíndo o que ainda permanecia como saber não sabido. Nessa medida, a supervisão se coloca como elemento de transmissão da psicanálise tanto do lado do supervisor como do supervisionando.

Do discurso aí organizado pelo sujeito e dirigido ao Outro, no caso, o supervisor, resta sempre algo estranho, o *Unheimlich*, o estranho familiar, mostrando em ato que algo mais é produzido além ou aquém do que a palavra pode nomear. É nessa hiância que está situada a fala do supervisionando, apesar de toda tentativa de estruturar seu discurso segundo a lógica de seus argumentos em relação à teoria e à técnica. (PADILHA, 2005)

Nesse sentido, a dimensão temporal é fundamental para a escuta da repetição daquilo que na história narrada poderá se apresentar na hiância de um além ou aquém do que é dito. Decorre daí uma produção tramada num tempo de compreender pela fala associativa dos integrantes da equipe de um caso a princípio conhecido por todos, mas que vai apresentando seus desconhecimentos, vai produzindo estranhamentos. Até que possa advir um momento de concluir próprio e singular em cada um, ou de algum dos integrantes da equipe.

Nesse sentido, pode-se dizer que a transferência é o conceito mesmo da análise, porque é o tempo da análise. A análise dita das resistências está sempre muito apressada em desvelar ao sujeito os *patterns* do ego, as suas defesas, os seus esconderijos, e é por isso que a experiência no-lo mostra e Freud no-lo ensina numa passagem precisa dos *Escritos Técnicos* – ela não faz o sujeito dar um passo a mais. Freud diz – nesse caso aí, é preciso esperar. (LACAN, 1953-1954, p. 325)

A dimensão temporal introduz a transferência presente tanto na escuta do caso, por parte do técnico, como na forma como ele o apresenta e, ainda, no que cada integrante da equipe fala do caso. Embora a supervisão seja algo distinto de uma análise, regatar a dimensão transferencial presente nessa escuta produz a retirada do véu que encobria a possibilidade de operar sobre o caso.

Como diz Freud a seu “amigo”, “analista”, “supervisor” Wilhelm Fliess: no entanto, foi só ao tentar expor o assunto a você que todo ele se tornou evidente para mim (MASSON, 1986, p. 147). Acionar as lembranças e as interrogações sobre a escuta de alguém, buscar as palavras para contar a outro o que se passou nessa experiência, não é uma ação que envolve simplesmente uma capacidade intelectual, todo o sujeito está imerso naquilo que narra ao supervisor.

Nesse sentido é que, muitas vezes, ao falar em supervisão sobre a questão que originalmente motivou a escolha do caso, ela parece dissipar-se e resolver-se sozinha. No

lugar dela, novas questões ainda impensadas surgem surpreendentes para o supervisor, próprias àquele espaço que se constitui na relação transferencial com o supervisor.

Na história narrada por Rafael sobre o suicídio do irmão há, por um lado, uma explicação e, por outro, uma suspeita. Ele faz chegar a suspeita pela fala da avó: a briga, um crime, uma vingança. O que fala em Rafael e o que cala e consente ao mesmo tempo na incessante repetição na qual está enredado? *Ele cai* – dizem sobre Rafael. Ele cai?, pergunto. *Cai no tráfico, porque ele é bom. Logo é chamado para cuidar das biqueiras. Ele escreve poesias.* Sobre o quê as poesias?, pergunto. *Não sei bem, acho que é sobre o irmão. Saudades,* diz a técnica de referência de Rafael. *Ele sente saudades do irmão e escreve sobre ele.*

Na constituição das lembranças há uma mistura de tempos. Passado, presente e futuro se misturam e se entrecruzam. Os tempos não mantêm uma cronologia lógica. A lembrança traz traços e marcas. Traços que revelam as marcas das vivências do objeto ausente. Ou seja, o passado se cria e se recria em novas articulações no presente, diante da relação transferencial que Rafael estabeleceu com a técnica do serviço de medidas socioeducativas.

Também a técnica que o escuta é lançada aos seus devaneios temporais. Ao falar em supervisão, recorda de algo que outrora ouvira em uma capacitação. Faz advir no tempo presente de sua narrativa uma lembrança. O momento de concluir lança “os prisioneiros do sofisma” à responsabilidade do ato.

A voz, a cadência da fala, as entrelinhas, os jeitos e os gestos, as modulações dos ditos que fazem surgir um dizer, inscrevem a experiência de supervisão em possibilidade de transmissão. “Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido” (BENJAMIN, 2012, p. 201). Essa frase de Benjamin nos leva novamente ao ouvinte Sócrates, que não pergunta a seu interlocutor para saber mais, mas ao colocar-se no lugar da ignorância, busca que o outro encontre, a partir de suas indagações, o saber que advém de um trabalho de investigação sobre sua própria narrativa.

Segundo a equipe, Rafael está preocupado com a sua irmã de dez anos, que é fruto de um estupro da mãe. A mãe tem HIV e tuberculose e já esteve presa. Segundo contam, a irmã não obedece a ninguém, não está indo à escola e Rafael preocupa-se com o fato de ela também poder vir a se envolver com o tráfico. A avó, que dava algum apoio a ele, está

internada e vai ter que fazer uma cirurgia. Até então era o avô que trabalhava. Era estofador de móveis.

4.2.3. Momento de concluir

Lembrar não é intencional; ou se recorda ou não se recorda, por isso é importante que a equipe técnica escute o que Rafael traz em seu relato. Ele elege elementos de sua história para falar. Exclui algumas coisas e seleciona outras que são faladas, lembradas e vão se tramando de modo singular, compondo a sua história.

Peço que falem sobre o avô, pois no relato realizado ele fora apresentado imune à tragédia familiar. Acerca desse traço, dessa imunidade, que me pareceu distintiva no caso relatado, peço que eles falem. Dizem: *O avô foi militante político, foi perseguido na ditadura militar, preso e torturado*. Trazem esse detalhe do caso como uma informação solta, aparentemente sem conexão com o que foi dito até então, como um detalhe a mais sobre o caso. Lembremo-nos do texto de Freud sobre Moisés de Michelangelo: é no detalhe que se distingue a obra verdadeira da sua cópia falsificada.

Ressaltar na supervisão o detalhe, que não é adereço de fala, mas uma brecha que pode fazer aparecer o fio a partir do qual podemos fazer emergir uma trama psíquica transgeracional, é produzir uma torção que convoca a ruptura do discurso linear que ensurdece o ouvido. Não se trata de um dado a mais na história de Rafael o que escutam no relato que trazem.

Emerge na fala da equipe o que insiste no caso Rafael, o conflito com as leis presente em cada geração. O avô preso e torturado por protestar contra o regime político ora vigente, a mãe foi presa e ele em cumprimento de medida socioeducativa por tráfico de drogas. Um intrincado desenho de sedimentos históricos, marcas geracionais no caso Rafael se desvela.

Esse detalhe do avô preso político, faz com que seja nomeado em cada geração um encarcerado. Esse fato, mais do que fechar um entendimento, uma compreensão sobre o caso, possibilita a abertura para novas indagações. Quando algo surge como um *insight*, é a hora de avançar. Nesse sentido, é que o momento de concluir é também abertura.

Construir passagens para que o repetitivo do fenômeno (prisão), não se torne o destino antecipado de um futuro sem perspectivas, já banalizado, nos convoca à responsabilidade de construir uma espécie de arqueologia das origens para compor e recompor as camadas das redes identificatórias de Rafael.

Com isso auxiliar no desenho de uma memória possível, a fim de que se criem condições, inscrição e transmissão das experiências vividas, não somente referidas ao armazenamento de infortúnios e mazelas. “O mal-estar na identificação, que a clínica psicanalítica recolhe com tanta diversidade, funda-se no além do princípio do prazer (isso é o que não se liga, não se articula, apenas insiste e se repete) (FINGERMANN e DIAS, 2005, p. 32).

Logo, o “repor em jogo o pior”, que abordamos como uma das modalidades da supervisão psicanalítica, nos faz indagar o que transgeracionalmente se repete de forma muda e atuada? O que passa entre as gerações? Devem os vestígios dessa história se desfazer? Ou será possível a Rafael falar em seus escritos sobre as histórias de seu avô, indo da melancolia da saudade do irmão ao resgate da história familiar?

É, primeiro foram os escravos, depois os comunistas, agora os adolescentes em conflito com a lei, diz a técnica que atende Rafael. Faz referência a uma frase que ouviu em uma capacitação e que ficara solta em sua cabeça. Somente agora, diante da elaboração sobre o caso Rafael, o que ouvira parecia fazer sentido.

O tempo da supervisão é, portanto, a duração necessária para que uma fala receba sobre si mesma a sua capacidade de ressonância. Ela se escuta dizer no ponto de seu enigma. A fala do analista não convoca a uma aprovação, mas opera a fim de fazer deslizar a associação livre, relançando o sujeito a novas associações, nas voltas dos ditos, a fim de que um dizer se produza.

A lembrança da técnica que atende Rafael evoca o singular de Rafael em seu tramado intergeracional, e também o que se irradia e se perpetua como violência de estado no tecido social brasileiro ao longo dos séculos. Dessa forma, a lembrança possibilita romper a cisão entre o que aparentemente se configura como o político e o clínico.

Da melancolia da saudade do irmão à escrita e re-escrita dos escritos de Rafael. A escrita pode funcionar como inscrição de uma história. É uma possibilidade. Não sabemos. É uma aposta, pois aqui é importante dizer que não há ingenuidade. A escrita por si só não salva. Tampouco sabemos se esse é o caminho a seguir no caso Rafael; simplesmente nos cabe, na supervisão, não fechar a escuta, não manter o oculto ocultado.

Ali onde a burocratização clama pela economia do pensamento exercendo, de alguma forma, o controle do tempo e impedindo a reflexão e a implicação do técnico no caso atendido, algo se precipitou, uma distinção, o avô preso. Com essa distinção, a

palavra “suspeito” adquiriu estatuto de significante possibilitando deslizamentos. O momento de concluir opera como função.

A supervisão psicanalítica pode introduzir-se como elemento ético e político que aponta tanto para a articulação da dimensão do sofrimento psíquico do sujeito como para a dimensão social envolvida no caso. Aponta também para uma clínica em movimento. A ética em questão é ato que dá um destino ao excesso narrado pelo sujeito (ROSA et al., 2006). Dessa forma, convoca o supervisionando e a equipe a avançar em suas indagações. Em seu relato ao supervisor, o supervisionando é falado e diz mais do que supunha saber e se escuta dizer.

Nos dois casos apresentados, cada um dos integrantes das equipes encontra-se “alienado” na trama institucional e “fisgado” naquilo que o caso causou na escuta realizada. Esse nó “duplo cego” pode ser desfeito ou reatado de outros modos, a partir dos efeitos produzidos na supervisão.

4.3. A supervisão, o caso e a cidade

Cada caso – *uma singularidade*, cada modo de narrá-lo em supervisão – *um estilo*, cada modo de torná-los públicos em uma tese – *uma escrita*.

Percebo, ao escrever sobre a experiência de supervisão desses dois casos no âmbito deste estudo, que a dimensão das ruas e da cidade se fez presente. Quer seja na abordagem da equipe do consultório na rua, que escutou Helena e Diego, seja no caso de Rafael, cujos atos infracionais e a sua captura, ocorreram nas ruas da cidade.

A rua, nas grandes cidades brasileiras, está associada à ideia de que quem lá está, é desprovido da capacidade de ter um espaço privado para si. Logo, a rua é o espaço que resta àquele que não tem lugar, não tem emprego, não tem *status*, não tem higiene, não tem bons modos. Profissionais que dirigem suas escutas a esses desacolhidos têm que lidar em um campo conflitivo e contraditório, pois são facilmente empurrados para o mesmo lado dessas figuras de fronteira.

*A rua, que eu acreditava fosse capaz
de imprimir à minha vida giros
surpreendentes, a rua, com as suas
inquietações e os seus olhares, era o meu
verdadeiro elemento: nela eu recebia,
como em nenhum outro lugar, o vento
da eventualidade.*
(André Breton, apud Careri, 2013)

A supervisão ao se abrir às malhas da cidade reafirma seu lugar na transmissão da psicanálise em supervisão. Desvendar as lógicas que organizam a cidade e os costumes, exige rasgar as camadas do discurso estrito da disciplina e navegar por mares de outros campos do saber (urbanismo, geografia, antropologia, história, literatura). Perceber sinuosidades, contradições expressas pelas memórias faladas, pelos resquícios de lembranças presentes nas esquinas, pelos fragmentos de um imaginário local, é ouvir e ler as marcas sulcadas que cidade que habita cada sujeito lhe imprime.

Os sujeitos são vividos pela cidade e por seu tempo. Deixar entrar esse “vento da eventualidade” tal como trazido pela poesia nos conduz ao que Freud pôde escutar das históricas, transformando o que se apresentava fora do padrão, como queixas pseudossomáticas, em questões psíquicas. Ele alertava que, diante do enigma acerca das questões da feminilidade, deveria se recorrer às próprias experiências pessoais e, ao poeta, para tentar dar conta desse enigma.

O recurso à poesia, vale lembrar, muitas vezes possibilita desfazer sentidos cristalizados. Pela fluidez que a palavra adquire na poesia, pode nos levar a lugares aparentemente insondáveis, promovendo passagens. Freud fez a passagem da sua prática como médico neurologista à psicanalista utilizando os saberes de outros campos. Com o enigma lançado às obras de arte, aos mitos, à literatura, transformou-os, criando conceitos e enriquecendo a disciplina e a práxis analítica.

O recurso freudiano ao escritor e ao poeta, à literatura e às artes parecem surgir, muitas vezes, justamente na busca de resolução de enigmas e da transformação da teoria. Nessa perspectiva, mais do que temer por uma simplificação da psicanálise no diálogo que ela estabelece com outras áreas do conhecimento, é necessário perceber o seu valor. Usufruir outros saberes, transversalizando-os com a psicanálise, permite-nos ouvir música e poesia na voz do usuário dos serviços e perceber o território, a periferia, o centro das grandes cidades, contidos em sua fala. A cidade o habita, ele é vivido pela cidade.

Nesse sentido, ao longo dos últimos anos, tenho trabalhado com conceito de escuta territorial²². A escuta territorial é um método de investigação que visa compreender as

²² Junto com Jorge Broide temos desenvolvido diversos trabalhos de Escuta Territorial. Um destes trabalhos resultou na publicação do livro: *Butantã um bairro em movimento: memória, vida e transformação*. A pesquisa resgatou as origens do bairro e a sua configuração atual; apresenta a rotina das pessoas que ali residem e/ou trabalham e aponta as transformações pelas quais a região vem passando. Dois outros trabalhos de Escuta Territorial ocorreram nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. E, mais recentemente, em Paraty a Escuta Territorial foi feita para avaliar os impactos da FLIP e da Flipinha na vida dos paratienses.

várias formas pelas quais as pessoas, grupos e coletivos estão no mundo e habitam determinados espaços sociais nas cidades. Inicia-se o trabalho com uma imersão no campo de investigação que inclui o andar pela cidade, o contato com as pessoas, entrevistas individuais e em grupos, entre outros dispositivos de fala, conversa e escuta. Engloba a compreensão do cotidiano local e das diferentes manifestações sociais que ali ocorrem. Significa compreender como vivem, moram e trabalham as pessoas que circulam em um dado espaço geográfico como forma de compreender como os sujeitos são habitados pela cidade e como a cidade os habita.

Aproximamo-nos assim da figura alegórica do *flâneur*, personagem que emerge da literatura urbana do século XIX, habitante das ruas parisienses. O *flâneur* vagueia na multidão, realidade psíquica e realidade objetiva se entrecruzam. O andar livre e solto, mas atento aos detalhes e aos movimentos da cidade, guarda uma proximidade do *flâneur* com o psicanalista em sua escuta, nessa entrega, à deriva, de uma escuta em associação livre.

A atenção livre e flutuante de uma escuta em associação livre, à deriva, com todo rigor aos significantes que vão surgindo, quando a escuta se abre às palavras, trouxe a tona também o oculto, o escondido, o não dito presente nos dois casos. O tempo de gravidez de Helena e o oculto em relação à paternidade de Diego e o oculto no caso de Rafael em relação às prisões que se repetem na linhagem familiar.